



# *Câmara Municipal de Andradas*

MINAS GERAIS

**AUTÓGRAFO Nº. 058 / 2021**

**Referência:** Projeto de Lei Ordinária, pelo Executivo Nº. 39/2021

**“Dispõe sobre a autorização para aquisição de bem imóvel urbano e a abertura no Orçamento Fiscal de crédito adicional especial destinado a aquisição, dá outras providências.”**

Faço saber que a Câmara Municipal de Andradas aprovou e eu Prefeita Municipal de Andradas, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Fica o Município autorizado a adquirir Gleba de terras, com a área de 5.000,00m<sup>2</sup>, localizada no perímetro urbano desta cidade, contendo as seguintes benfeitorias dois (2) prédios para adega, sendo um com 2.014,00m<sup>2</sup>, um (1) prédio para escritório; um (1) armazém com 280,00m<sup>2</sup>, uma (1) casa residencial com 120,00m<sup>2</sup>, com os seguintes limites e confrontações: Lado 1 inicia na confrontação de um muro divisório com a estrada da Sóvis e segue por esta até uma distância de 59,00m, RM SW 22° 00' NE. Lado 2 - inicia no extremo do lado anterior e segue com RM NE 84° 30' SW com uma distância de 30,00m. Lado 3 - inicia no extremo do lado anterior e segue RM NW 72° 00' SE com distância de 20,00m. Lado. 4 - continuando no extremo do lado anterior com RM NW 38° 00' SE e distância de 10,00m. Lado 5 - Continuando com RM NW 04° 00' SE e distância de 19,30 m. Lado 6 - ainda com RM NW 63° 00' SE e 23,00m. Lado 07 – com uma distância de 19,00m e RM NW 27° 00' SE. Lado 08- agora mudando para RM SW 38° 30' NE e com distância de 23,00m e Confronta desde o lado 2 com A. Izidro Gonçalves SA. Lado 9 - iniciando no extremo do lado anterior segue por cerca de arame com RM NW 67° 00' SE até uma distância de 19,00m e confrontando com o Espolio de Antônio Risso. Lado. 10 – Continuando o lado anterior com RM NW. 78° 00' SE até uma distância de 77,00 m fecha o polígono ora descrito. Matrícula n.º 6.729 no 1.º CRI de Andradas/MG.



# *Câmara Municipal de Andradas*

MINAS GERAIS

**Parágrafo único.** O imóvel descrito no *caput* foi adquirido pelo Município com o exercício do direito de preferência, previsto no artigo 892, §3º, do Código de Processo Civil, nos autos n.º 0264669-31.2007.8.26.0100, que tramita na 2.ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo

**Art. 2.º** O imóvel descrito no artigo anterior foi adquirido pelo valor total de R\$ 105.787,50 (cento e cinco mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), sendo o montante de R\$100.750,00 (cem mil setecentos e cinquenta reais) a título de arrematação mais o acréscimo de 5% do referido valor, no importe de R\$5.037,50 (cinco mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos) a título de comissão do leiloeiro, tendo em vista ser o imóvel patrimônio cultural municipal tombado.

**Art. 3.º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito especial no Orçamento vigente, no valor total de R\$115.000,00 (cento e quinze mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura, para liquidar as despesas previstas no artigo 1.º, mediante a dotação n.º 02.06.02.13.391.3002.1159.4.4.90.61, assim classificadas e desdobradas:

**a) Valor: R\$ 115.000,00:**

**Órgão:** 02 - Prefeitura;

**Unidade:** 06 – Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura;

**Subunidade:** 02 – Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural - FUMPAC

**Função:** 13 - Cultura;

**Subfunção:** 391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico;

**Programa:** 3002 – Desenvolvimento Cultural;



# *Câmara Municipal de Andradas*

MINAS GERAIS

**Projeto Atividade:** 1159 – Aquisição de Bens Tombados e Inventariados;

**Categoria Econômica:** 4 - Despesa Capital;

**Grupo de Natureza da Despesa:** 4 - Investimento;

**Modalidade de Aplicação:** 90 - Aplicação Direta;

**Elemento de Despesa:** 61 – Aquisição de Imóveis.

**Parágrafo único.** Havendo necessidade, poderá haver suplementação da dotação indicada no *caput*.

**Art. 4.º** Para a abertura do crédito de que cuida o artigo anterior fica anulada parcialmente a dotação n.º 02.06.02.13.391.3002.1158.4.4.90.51.00, no valor de 115.000,00 (cento e quinze mil reais), no Orçamento vigente.

**Art. 5.º** A dotação demonstrada no artigo 3.º desta Lei fica inclusa na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual do Município para o período de 2017 a 2021 e no Orçamento Municipal para 2021, respectivamente.

**Art. 6.º** Revogadas as disposições legais em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Andradas, 14 de dezembro de 2021.

  
**Regis Basso Andrade**  
Presidente

  
**Luiz Gustavo Gonçalves Xavier**  
Secretário





# Câmara Municipal de Andradas

MINAS GERAIS



## PROCURADORIA JURÍDICA DA CAMARA MUNICIPAL

Parecer n.º 46/2021

Processo n.º 1.044/2021

*Projeto de Lei Ordinária. Autorização  
legislativa para aquisição de imóvel.  
Considerações*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Excelentíssimos Vereadores;

Cumpre-nos, através do presente Parecer, de caráter opinativo, a análise técnico-jurídica do Projeto de Lei Ordinária, de iniciativa da Sr.<sup>a</sup> Chefe do Poder Executivo, de número 39, de 23 de novembro de 2021, conforme determinado pela Presidência desta Casa.

Do ponto de vista da técnica legislativa e redacional, a proposta cumpre os preceitos traçados pelo artigo 122 do Regimento Interno da Câmara Municipal, pois veio redigida de forma clara, objetiva e precisa. Encontra-se adequada também ao que se refere à necessidade de apresentação de justificativa, consoante dispõe o art. 124 do Regimento Interno da Casa.

Quanto à iniciativa da proposição e à modalidade legislativa eleita, igualmente, o projeto está em consonância com as normas de regência procedimental, uma vez que a matéria é regulamentável por Lei Ordinária, uma vez que não se enquadra nas matérias que se exige outra espécie normativa, e a competência para iniciativa da exclusiva da Chefe do Poder Executivo, uma vez que objetiva autorizar a aquisição de imóvel.

Desta forma, considerando competir à Câmara a análise desta modalidade de



# Câmara Municipal de Andradas

MINAS GERAIS



proposição, entende-se que o mérito da propositura seja examinado pelas comissões temáticas pertinentes e pelo Plenário, que analisará a matéria com o quórum da maioria simples dos votos dos membros da Casa para aprovação, em dois turnos de discussão e votação.

Diante do que foi acima exposto, o posicionamento desta Procuradoria é **favorável** ao regular trâmite do Projeto, devendo ser submetido às Comissões e ser levado a plenário para discussão e votação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Andradas, 10 de dezembro de 2021.

José Antonio Conti Júnior

Advogado

De acordo com o parecer:

Hugo Lopes de Barros

Procurador Jurídico-legislativo



# Câmara Municipal de Andradas

## Andradas - MG



### DESPACHOS

Encaminhe-se para leitura, na forma regimental.

29/11/21

Presidente

Lido na 19 Sessão Ordinária.

À Procuradoria Jurídica.

Após, às Comissões competentes.

30/11/21

Presidente



# Câmara Municipal de Andradas

MINAS GERAIS



**PARECER N.º 117, DA COMISSÃO DE CONSTITUCIONALIDADE, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, SOBRE O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA, PELO EXECUTIVO N.º 39/2021, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021.**

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei ordinária n.º 39 de 26 de novembro de 2021, de iniciativa do Poder Executivo local, que "Dispõe sobre a autorização para aquisição de bem imóvel urbano e a abertura no Orçamento Fiscal de crédito adicional especial destinado a aquisição, dá outras providências."

Inicialmente, vale salientar que compete a esta comissão opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias em trâmite nesta Casa, nos termos do artigo 83 da Resolução 142/2015 (Regimento Interno).

"Art. 83 – Compete à Comissão de Constitucionalidade, Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições."

Em análise detida da presente proposição, observa-se que o projeto encontra-se de acordo com as disposições constitucionais e legais, estando apto a prosseguir seu trâmite.

Assim, os membros desta comissão, manifestam favoravelmente para que o projeto em baila seja submetido à discussão e votação, na forma do regimento.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Andradas, 14 de dezembro de 2021.

**Paulo Cesar Moreira**

**Antônio Carlos de Lima**

**Luiz Gustavo Gonçalves Xavier**





# Câmara Municipal de Andradas

Andradas - MG



## DESPACHOS

Inclua-se na ordem do dia da próxima  
Sessão, designada para o dia

14/12/21, às 19:00.

13/12/21

\_\_\_\_\_  
Presidente

### 1ª votação.

À 2ª votação.

☒ — Aprovado por unanimidade.

1 — Aprovado, ou, ☐ reprovado por, 8 votos  
favoráveis, 0 votos contrários e 0  
abstenções.

14/12/21

\_\_\_\_\_  
Presidente

### 2ª votação.

À sanção.

☒ — Aprovado por unanimidade.

☒ — Aprovado, ou, ☐ reprovado por, 8 votos  
favoráveis, 0 votos contrários e 0  
abstenções.

14/12/21

\_\_\_\_\_  
Presidente





# Câmara Municipal de Andradas

MINAS GERAIS



**PARECER N.º 118, DA COMISSÃO DE CONSTITUCIONALIDADE, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO FINAL, SOBRE O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA, PELO EXECUTIVO N.º 39/2021, DE  
26 DE NOVEMBRO DE 2021**

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei ordinária n.º 39 de a 26 de novembro de 2021, de iniciativa do Poder Executivo local, que ""Dispõe sobre a autorização para aquisição de bem imóvel urbano e a abertura no Orçamento Fiscal de crédito adicional especial destinado a aquisição, dá outras providências."

Considerando que não houve apresentação de emendas e que o projeto atendeu os requisitos formais necessário para sua tramitação, inclusive com sua aprovação na forma regimental, esta comissão chancela o texto originalmente apresentado.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Andradas, 14 de dezembro de 2021.

Paulo Cesar Moreira

Antônio Carlos de Lima

Luiz Gustavo Gonçalves Xavier